

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.805 - SP (2018/0305473-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **H&J COMPANY LLC**
ADVOGADOS : **ROGÉRIO ALEIXO PEREIRA - SP152075**
 : **VÂNIA ALEIXO PEREIRA CHAMMA AUGUSTO - SP182576**
AGRAVADO : **FRANCISCO TELMO RODRIGUES DA SILVA**
ADVOGADOS : **MÔNICA ROSA GIMENES DE LIMA - SP117078**
 : **ANTÔNIO MÁRIO PINHEIRO SOBREIRA - SP150047**
 : **PEDRO CAMPANHA NAKAMOTO - SP404203**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEFICIENTE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS. SUSPENSÃO DA LICENÇA PARA DIRIGIR E DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO, E APREENSÃO DO PASSAPORTE. MEDIDAS DESPROPORCIONAIS E QUE, MESMO ASSIM, NÃO GARANTEM A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por H&J COMPANY LLC contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 165):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação Monitória em fase de Cumprimento de Sentença. Inconformismo que não prospera. Pedido de apreensão da CNH e o passaporte do Agravado, bem como a suspensão de seus cartões de crédito e débito. Coercitividade que não assegura o cumprimento da obrigação ora discutida. Medidas Restritivas de Direito que, apesar da previsão do art. 139, IV, do CPC/2015, devem considerar que a base estrutural do Ordenamento Jurídico é a Constituição Federal. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 177-180).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 183-200), a recorrente apontou violação aos arts. 139, IV, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; bem como

Superior Tribunal de Justiça

a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que o acórdão recorrido foi omissivo ao não se manifestar sobre a contraposição dos direitos da recorrente de propriedade com os direitos do recorrido de conduzir veículo automotor e realizar viagens, insertos nos arts. 5º, LV, e 93, IX, da CF/1988.

Esclareceu que foram esgotadas todas as medidas típicas na tentativa de receber o seu crédito e, como isso não foi possível, as medidas atípicas de coerção devem ser autorizadas, como suspensão da CNH, do passaporte e de cartões de débito e crédito.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 208-218).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 219-221).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 166-167):

Não se justifica a apreensão da Carteira Nacional de Habilitação e o passaporte do Agravado, bem como a suspensão de seus cartões de crédito e débito.

A apreensão da Carteira Nacional de Habilitação do Agravado implica esvaziar o exercício de seus Direitos Fundamentais, ainda que eventualmente não exerça a profissão de motorista, e a apreensão do Passaporte representa limitação ao Direito de Ir e Vir do Agravado, enquanto que, a suspensão de seus cartões de crédito e débito, nos dias de hoje, em que quase todas as transações são eletrônicas, significa restringir o exercício da cidadania e da Dignidade da Pessoa Humana. Essas medidas representam restrição de Direitos, penalidade típica do Direito Penal, o que enseja a observação da estrita Legalidade.

Esse é o entendimento desta Colenda Câmara de Direito Privado. Senão vejamos.

“Agravado de instrumento. Ação de indenização Cumprimento de sentença Indeferimento da suspensão da CNH Manutenção.

Coercitividade que não assegura o cumprimento da obrigação ora discutida. O deferimento da suspensão da CNH do executado é medida coercitiva que não assegura o cumprimento da obrigação ora discutida. Em que pese a nova sistemática trazida pelo art.

139, IV, do CPC/2015, deve-se considerar que a base estrutural do ordenamento jurídico é a Constituição Federal. Agravado desprovido” (Agravado de Instrumento nº 2145475-60.2017.8.26.0000, Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Relator Lino Machado, Julgado em 22/11/2017, Dje 01/12/2017).

Ora, as Medidas Coercitivas requeridas não asseguram o cumprimento da obrigação imposta ao Devedor, e em que pese a nova sistemática trazida pelo art. 139, IV, do CPC/2015, deve-se considerar que a base estrutural do Ordenamento Jurídico é a Constituição Federal.

Assim, de rigor a manutenção da R. Decisão Agravada para todos os

Superior Tribunal de Justiça

efeitos e fins legais.

Cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, apenas decidindo de forma contrária à pretensão da recorrente. Não há, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, para reverter a conclusão do Tribunal de origem – de que as medidas requeridas além de serem desproporcionais, por ofenderem os direitos e garantias individuais do executado, não são capazes de garantir a satisfação do crédito –, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte impedindo o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator